

Centro Social Paroquial

Maria da Glória

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Financiamentos obtidos.....	15
7. Rédito.....	16
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
9. Benefícios dos empregados	16
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
11. Outras Informações	17
11.1 Inventários	17
11.2 Clientes e Utentes.....	17
11.3 Outras contas a receber.....	18
11.4 Diferimentos	18
11.5 Caixa e Depósitos Bancários	18
11.6 Fundos Patrimoniais	18
11.7 Fornecedores.....	19
11.8 Estado e Outros Entes Públicos	19
11.9 Outras Contas a Pagar	19
11.10 Investimentos Financeiros	19
11.11 Subsídios, doações e legados à exploração	20
11.12 Fornecimentos e serviços externos	20
11.13 Outros rendimentos e ganhos	20
11.14 Outros gastos e perdas	21
11.15 Resultados Financeiros	21
11.16 Acontecimentos após data de Balanço	21

Balanço

Centro Social Paroquial Maria da Glória

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.880.275,39	1.841.671,71
Investimentos financeiros	11,10	1.348,16	
Subtotal		1.881.623,55	1.841.671,71
Ativo corrente			
Inventários	11,1	1.913,41	1.802,66
Clientes	11,2	10.043,24	13.659,28
Estado e outros Entes Públicos	11,8	2.550,52	24.190,70
Outras contas a receber	11,3	357,10	885,80
Diferimentos	11,4	920,74	1.377,23
Caixa e depósitos bancários	11,5	21.273,14	57.068,82
Subtotal		37.058,15	98.984,49
Total do Ativo		1.918.681,70	1.940.656,20
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11,6	184.068,00	184.068,00
Resultados transitados	11,6	(173.289,22)	(87.598,20)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	262.305,08	272.944,98
Resultado Líquido do período		(19.919,41)	(85.691,02)
Total do fundo do capital		253.164,45	283.723,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	1.409.808,06	1.409.320,50
Subtotal		1.409.808,06	1.409.320,50
Passivo corrente			
Fornecedores	11,7	49.881,14	30.799,67
Estado e outros Entes Públicos	11,8	17.587,45	29.504,28
Financiamentos obtidos	6	-	-
Diferimentos	11,4	262,90	1.583,23
Outras contas a pagar	11,9	187.977,70	185.724,76
Subtotal		255.709,19	247.611,94
Total do passivo		1.665.517,25	1.656.932,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.918.681,70	1.940.656,20

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	278.256,30	147.154,15
Subsídios, doações e legados à exploração	11,11	258.497,41	223.843,80
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		2.368,22	2.086,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11,1	(66.414,91)	(45.823,67)
Fornecimentos e serviços externos	11,12	(92.566,33)	(87.349,48)
Gastos com o pessoal	9	(340.530,33)	(286.218,30)
Outros rendimentos e ganhos	11,13	34.578,34	66.770,34
Outros gastos e perdas	11,14	(6.391,58)	(14.120,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67.797,12	6.342,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(43.008,87)	(57.115,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.788,25	(50.772,77)
Juros e rendimentos similares obtidos	11,15	1,02	0,23
Juros e gastos similares suportados	11,15	(44.708,68)	(34.918,48)
Resultados antes de impostos		(19.919,41)	(85.691,02)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(19.919,41)	(85.691,02)

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	184.068,00	-	(87.598,20)	-	272.944,98	(85.691,02)	283.723,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(85.691,02)		(10.639,90)		(96.330,92)
	7	-	-	(85.691,02)	-	(10.639,90)	-	(96.330,92)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(19.919,41)	(19.919,41)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						(19.919,41)	(116.250,33)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados							85.691,02	85.691,02
Outras operações								
	10	-	-	-	-	-	65.771,61	(30.559,31)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	184.068,00	-	(173.289,22)	-	262.305,08	(19.919,41)	253.164,45

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	184.068,00	-	(58.915,63)	-	294.946,98	(28.682,57)	391.416,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						(22.002,00)		(22.002,00)
	7	-	-	-	-	(22.002,00)	-	(22.002,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(85.691,02)	(85.691,02)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						(85.691,02)	(107.693,02)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações				(28.682,57)			28.682,57	
	10	-	-	(28.682,57)	-	-	(57.008,45)	(107.693,02)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	184.068,00	-	(87.598,20)	-	272.944,98	(85.691,02)	283.723,76

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
<i>Recebimentos de clientes e utentes</i>		142.407,61	134.192,97
<i>Pagamentos de apoios</i>		(2.210,48)	
<i>Pagamento a fornecedores</i>		(103.817,61)	(125.415,16)
<i>Pagamentos ao pessoal</i>		(180.339,23)	(207.935,65)
Caixa gerada pelas operações		(143.959,71)	(199.157,84)
<i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</i>			
<i>Outros recebimentos/pagamentos</i>		152.377,91	419.833,94
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.418,20	220.676,10
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(246.480,15)	(149.586,29)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		-	29.040,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		29,18	220,19
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(246.450,97)	(120.326,10)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		595.000,00	274.372,89
<i>Outras operações de financiamento</i>		31.180,00	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(361.431,41)	(345.798,61)
<i>Juros e gastos similares</i>		(36.310,51)	(27.855,28)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		228.438,08	(99.281,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(9.594,69)	1.069,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		15.551,99	14.482,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.957,30	15.551,99

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Maria da Glória é uma IPSS sem fins lucrativos, com sede na Rua do Cruzeiro, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais	201.465,71
PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desconhecimento de Activos Intangíveis	(151,29)
Outros Ajustamentos	180.324,87
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	180.173,58
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	381.639,29



Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	2.116,40
Desconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
...	
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
Resultado Líquido SNC-ESNL	2.116,40

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11.3) e "Diferimentos" (Nota 11.4)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial

(MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Loações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.



Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Não obstante, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se isentos de IRC (artº 9º), por força de um despacho publicado do DR 240 III Série de 18/10/1989 e comunicado pelo ofício 1883 de 18/09/1989 dos serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142.834,39	-	-	-	-	142.834,39
Edifícios e outras construções	1.139.156,03	-	-	820.103,77	-	1.959.259,80
Equipamento básico	130.326,87	4.321,18	-	-	-	134.648,05
Equipamento de transporte	130.408,12	40.467,00	-	-	-	170.875,12
Equipamento administrativo	76.291,88	10.915,89	-	-	-	87.207,77
Outros Ativos fixos tangíveis	21.349,33	-	-	-	-	21.349,33
Investimentos em Curso	794.195,29	25.908,48	-	(820.103,77)	-	-
Total	2.434.561,91	81.612,55	-	-	-	2.516.174,46
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	3.824,82	623,94	-	-	-	4.448,76
Edifícios e outras construções	326.363,60	26.198,67	-	-	-	352.562,27
Equipamento básico	64.632,00	5.733,43	-	-	-	70.365,43
Equipamento de transporte	112.804,58	8.076,13	-	-	-	120.880,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	63.915,88	2.376,70	-	-	-	66.292,58
Outros Ativos fixos tangíveis	21.349,32	-	-	-	-	21.349,32
Total	592.890,20	43.008,87	-	-	-	635.899,07

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142.834,39	-	-	-	-	142.834,39
Edifícios e outras construções	777.135,23	-	-	362.020,80	-	1.139.156,03
Equipamento básico	124.074,48	6.252,39	-	-	-	130.326,87
Equipamento de transporte	130.408,12	-	-	-	-	130.408,12
Equipamento administrativo	72.707,65	3.584,23	-	-	-	76.291,88
Outros Ativos fixos tangíveis	21.349,33	-	-	-	-	21.349,33
Investimentos em Curso	926.281,18	229.934,91	-	(362.020,80)	-	794.195,29
Total	2.194.790,38	239.771,53	-	-	-	2.434.561,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	2.576,95	1.247,87	-	-	-	3.824,82
Edifícios e outras construções	290.905,54	35.458,06	-	-	-	326.363,60
Equipamento básico	53.781,58	10.850,42	-	-	-	64.632,00
Equipamento de transporte	106.769,08	6.035,50	-	-	-	112.804,58
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	61.056,15	2.859,73	-	-	-	63.915,88
Outros Ativos fixos tangíveis	20.685,41	663,91	-	-	-	21.349,32
Total	535.774,71	57.115,49	-	-	-	592.890,20

6. Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Para os períodos de 2017 e 2016 os financiamentos obtidos foram os seguintes:

Financiamentos obtidos

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	1.284.175,04	1.284.175,04	-	1.274.040,13	1.274.040,13
Locações Financeiras	-	8.388,29	8.388,29	-	12.535,64	12.535,64
Outros Empréstimos	-	117.244,73	117.244,73	-	122.744,73	122.744,73
Total	-	1.409.808,06	1.409.808,06	-	1.409.320,50	1.409.320,50

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rédito

Descrição	2017	2016
Vendas	4.626,84	1.231,14
Prestação de Serviços	273.629,46	145.923,01
Quotas dos utilizadores	240.945,32	118.963,46
Outros	32.684,14	26.959,55
Total	278.256,30	147.154,15

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios do Governo

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ADRMAG	2.864,73	3.819,66
Câmara Municipal	561,13	748,18
Fundo Socorro Social	146.760,78	152.120,54
CLDS	-	73,41
Projeto PRODER	112.118,44	116.183,19
Total	262.305,08	272.944,98

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos foram constituídos por 5 membros. Estes não auferiram qualquer verba, quer para remuneração quer para despesas de representação.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 27 e em 31/12/2016 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	269.548,23	225.409,99
Encargos sobre as Remunerações	61.367,16	51.147,09
Seguros de Acidentes no Trabalho	2.165,70	1.715,32
Outros Gastos com o Pessoal	7.449,24	7.945,90
Total	340.530,33	286.218,30

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.497,38	44.128,95	1.802,66	66.525,66	1.913,41
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	3.497,38	44.128,95	1.802,66	66.525,66	1.913,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			45.823,67		66.414,91
Variações nos inventários da produção			-		-

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	10.043,24	13.659,28
Clientes	3.632,89	4.188,38
Utentes	6.410,35	9.470,90
Total	10.043,24	13.659,28

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

11.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	357,10	885,80
Total	357,10	885,80

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas antecipadas	-	-
Outras despesas	920,74	1.377,23
Total	920,74	1.377,23
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos	262,90	1.583,23
Total	262,90	1.583,23

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	902,95	313,93
Depósitos à ordem	20.370,19	56.754,89
Outros	-	-
Total	21.273,14	57.068,82

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	184.068,00	-	-	184.068,00
Resultados transitados	(87.598,20)	-	(85.691,02)	(173.289,22)
Outras variações nos fundos patrimoniais	272.944,98	-	(10.639,90)	262.305,08
Total	369.414,78	-	(96.330,92)	273.083,86

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	49.881,14	30.799,67
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	49.881,14	30.799,67

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	550,52	23.964,81
Segurança Social	-	225,89
Total	550,52	24.190,70
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	689,39	22.014,96
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	247,05	617,46
Segurança Social	13.390,54	311,10
Outros Impostos e Taxas	260,47	560,76
Total	17.587,45	29.504,28

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	34.257,33	-	13.794,11
Remunerações a pagar	-	34.257,33	-	13.794,11
Fornecedores de Investimentos	-	98.075,22	-	128.419,42
Credores por acréscimos de gastos	-	55.645,15	-	43.511,23
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	187.977,70	-	185.724,76

11.10 Investimentos Financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Investimentos noutras empresas	-	-
Outros Métodos	1.348,16	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	1.348,16	-

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	258.497,41	223.843,80
Segurança Social	184.922,16	165.144,27
Autarquias	47.596,00	49.000,00
IEFP	1.979,25	9.699,53
Fundo socorro social	24.000,00	-
Total	258.497,41	223.843,80

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	-	-

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	37.907,93	37.371,54
Materiais	2.409,31	1.567,83
Energia e fluidos	31.817,46	20.970,87
Deslocações, estadas e transportes	169,81	193,59
Serviços diversos (*)	20.261,82	27.245,65
Limpeza, higiene e conforto	11.762,34	1.200,00
Seguros	3.802,36	2.879,57
Comunicação	2.350,18	7.136,76
Total	92.566,33	87.349,48

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

11.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,06	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.800,00	-
Cooreções periodos anteriores	3.050,87	2.246,16
Imputação sub.invesrimentos	10.639,90	22.002,00
restituicao de impostos	1.616,81	6.569,88
donativos	14.482,70	35.952,30
Outros rendimentos e ganhos	(12,00)	-
Total	34.578,34	66.770,34

11.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	181,77	967,33
Correc.per.anteriores	588,57	771,84
Donativos	-	5,00
Quotizacoes	210,00	150,00
Apoio a carenciados	210,71	1.773,44
Multas e penalidades	4.707,98	10.453,24
Dividas imcobráveis	492,55	-
Total	6.391,58	14.120,85

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	44.708,68	34.918,48
Total	44.708,68	34.918,48
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,02	0,23
Total	1,02	0,23
Resultados financeiros	(44.707,66)	(34.918,25)

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Silva Escura, 16 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

David Silva 167

O Conselho de Administração

Luizmar Manuel Figueiredo Cardoso

Olga Maria da Silva Almeida

Manuel Aires da Silva
